

Apêndice do Anexo I ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DOS DADOS DO PROCESSO

Processo n.º	1649/2023
Estudo Preliminar n.º	01/2023
Secretaria	Secretaria Municipal da Casa Civil
Sector / Órgão	Subsecretaria de Projetos - EGCP
Objeto	<i>Os Estudos Preliminares aqui resumidos têm por objeto, basicamente, subsidiar com informações o processo para aquisição de equipamentos de informática com vistas a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos - Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP) da Secretaria da Casa Civil.</i>
Equipe de Planejamento	Gestor: Willian Romão Marques - Subsecretário de Convênios – EGCP Mat. nº 199.397 Apoio Técnico: Eduardo de Medeiros Portilho – matrícula nº 100.643 De acordo: Pierre da Silva Moraes – matrícula: nº 062.728

2. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A aquisição dos computadores e *hardwares* para a Subsecretaria de Projetos do EGCP, vinculada à Secretaria da Casa Civil, é necessária sobretudo diante do Decreto Federal n.º 10.306/2020, que “*Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto n.º 9.983/2019*”.

Para a utilização da referida tecnologia *Building Information Modelling* - Estratégia BIM BR, os atuais equipamentos da Subsecretaria de Projetos (EGCP) são obsoletos e não suportam as demandas diárias para a efetivação das ações para os municípios. Isso fragmenta e até impede o desenvolvimento dos trabalhos, sem que se consiga atingir os objetivos.

Nesta visão, é imprescindível a atualização dos equipamentos para a própria eficiência, transparência e continuidade dos serviços públicos e também para que não haja a probabilidade de suspensão e até descontinuação dos serviços atuais, dificultando a realização de novas ações e atividades por falta de mínima estrutura que suporte a nova tecnologia supra referida.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deve ter a capacidade de atender a demanda da Subsecretaria de Projetos com eficiência, presteza e zelo.

A entrega dos bens deve ser realizada em perfeitas condições no local e prazo indicados no Termo de Referência, atendendo e observando estritamente as especificações deste e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica completa, onde deverão constar detalhadamente as indicações da marca, do fabricante, modelo, tipo, da procedência e do prazo de garantia, quando for o caso, acompanhadas das certidões de regularidade fiscal também consignadas e exigidas no Termo de Referência.

Todos os bens devem ter a voltagem de 220V ou serem *bivolt* (automático).

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	U/C	QUANT
01	Aquisição de computadores e <i>hardwares</i> NOVOS para a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), vinculada a Secretaria da Casa Civil.	Unidade	10

5. DAS MEDIDAS DE CAUTELA

Cumprir notar que antes de iniciar o presente processo de contratação, a Secretaria da Casa Civil teve o cuidado de consultar tanto a Secretaria de Infraestrutura e Logística, bem como a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, indagando a ambas se havia processo para a compra de computadores e *hardwares*, tudo em observância ao regime jurídico-administrativo.

Para tanto, foram enviados 02 (dois) memorandos às referidas especializadas (i) o Memo 03/2023 - SCC/GAB foi para a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, tendo sido respondido através do Memo nº 015/20223 e (ii) o Memo 01/2023 - SCC/GAB foi para a Secretaria de Infraestrutura e Logística, tendo sido respondido através do MEMO_GAB_SMIL Nº 006/20223, expedientes estes que seguem em anexo neste processo.

Diante das respostas negativas das especializadas, o processo de contratação foi a solução encontrada e resta ainda mais justificado

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Considerando que se trata da aquisição de computadores e *hardwares* para a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), a apresentação de proposta dar-se-á por meio de Pregão na modalidade eletrônica, devendo ser considerada a proposta mais vantajosa para o Município.

Para adquirir produtos e contratar obras ou serviços, a Administração Pública realiza licitações. De acordo com a legislação que regulamenta a matéria, esse processo administrativo pode ter diferentes modalidades e, entre elas, está o pregão.

Em virtude de ser aplicado em compras de bens e serviços comuns, ou seja, não especializados nem complexos, de qualquer valor, o pregão é a categoria de licitação utilizada com mais frequência pelos órgãos públicos.

Trata-se de modalidade de licitação obrigatória utilizada para aquisição de bens e serviços comuns de qualquer valor estimado, sem maiores complexidades e cujas especificações são reconhecidas pelo mercado.

A disputa pelo fornecimento se dá em uma sessão pública, que pode ser presencial ou eletrônica, por meio de propostas e lances sucessivos. Por ser aberto ao público, qualquer cidadão pode acompanhar todo o processo licitatório, desde os valores propostos até o anúncio do vencedor.

A principal finalidade da criação do pregão foi a de desburocratizar os procedimentos e acelerar as contratações em casos de bens ou serviços simples.

Conforme instituído pelo art. 29 da Lei Nacional n.º 14.133/2021, a modalidade de licitação do pregão pode ser utilizada por todos os entes federados e se aplica “sempre que o objeto a ser adquirido possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

Anote-se, portanto, que de acordo com a norma, a modalidade pregão não pode ser utilizada em contratações de serviços técnicos especializados, seja de natureza predominantemente intelectual ou de obras e serviços de engenharia.

Entretanto, há exceções, como os serviços comuns de engenharia, que têm por objeto ações padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, manutenção, adequação e adaptação de bens móveis e imóveis com preservação das características originais.

Sendo assim, nessa categoria de licitação estão incluídas, v.g., compras de mobiliário padronizado, combustível, equipamentos e materiais de escritório, assim como a contratação de serviços de limpeza, vigilância, informática e transporte.

De modo geral, “bens e serviços comuns” são entendidos como aqueles que são comparáveis entre si, não necessitando de avaliação muito criteriosa e cuja escolha pode ser feita apenas tendo como base o preço.

Inicialmente, o pregão foi regulamentado pelo Decreto Federal n.º 3550, de 8 de agosto de 2000, e, posteriormente, também pelo Decreto Federal n.º 5.450, de 31 de maio de 2005. Contudo, em 2002, foi instituído como sexta modalidade licitatória pela Lei Nacional n.º 10.520, também conhecida como “Lei do Pregão”.

Como é sabido, em abril de 2021 foi sancionada a Nova Lei de Licitações - Lei Nacional n.º 14.133/2021, que substitui a Lei Nacional n.º 8.666/1993, assim como a Lei do RCD e a Lei do Pregão.

A nova norma determina que as licitações podem se dar por meio do pregão, da concorrência, do concurso, leilão ou do diálogo competitivo e regulamenta todas as categorias.

De acordo com a legislação vigente, o pregão é uma modalidade ou tipo de licitação de menor preço. Isso significa que a modalidade tem como critério de avaliação o menor valor ou o maior desconto apresentado. Isso significa que, entre as propostas que cumprirem os requisitos do edital, será selecionada aquela que tiver o valor mais em conta.

Para chegar a essa escolha, o procedimento inclui a análise e a classificação da documentação do licitante. No entanto, para diminuir a burocracia e os custos públicos, no pregão há uma inversão das fases de habilitação e análise. Logo, só são verificados os documentos do participante que apresentar a proposta com menor preço.

Por isso, diferentemente do que ocorre nas outras modalidades licitatórias, nesse caso, o envelope com a proposta é aberto antes e, após a classificação das propostas, ocorre uma etapa de lances, na qual os participantes podem reduzir ainda mais o seu valor para aumentar as suas chances no processo. Somente depois da classificação final dessas propostas será aberto o envelope da habilitação daquele que tiver ofertado o preço mais vantajoso.

Segundo o art. 17 da Nova Lei de Licitações, o processo licitatório no caso de pregão é composto pelas seguintes fases:

- (i) Preparatória;
- (ii) Divulgação do edital de licitação;
- (iii) Apresentação de propostas e lances;
- (iv) Julgamento;
- (v) Habilitação;
- (vi) Recursal;
- (vii) Homologação.

Como já mencionado, além do pregão, atualmente são regulamentadas no país outras 04 (quatro) modalidades de licitação, cada uma com as suas particularidades. Para compreender melhor suas diferenças em relação ao pregão, é interessante conhecer um pouco mais sobre cada uma delas.

A modalidade “Concorrência” segue as mesmas fases que o pregão, mas diferentemente dele, é aplicada quando se trata da contratação ou aquisição de bens ou serviços especiais – e não comuns – e obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Logo, é utilizada em contratos de qualquer valor com procedimentos e prazos mais amplos, podendo ser aplicada à compra de imóveis, celebração de contratos de concessão de serviços públicos ou de parcerias público-privadas.

Enquanto no pregão a avaliação é baseada somente no valor, os critérios de julgamento na concorrência pública podem ser o (i) menor preço; a (ii) melhor técnica ou conteúdo artístico; (iii) técnica e preço; o (iv) maior retorno econômico; e o (v) maior desconto.

A modalidade “Concurso” é utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor que leva em consideração justamente a melhor técnica ou conteúdo artístico.

De acordo com o art. 30 da Lei Nacional n.º 14.133/21, o concurso precisa observar as regras e condições previstas no edital, que deve indicar os seguintes pontos: (i) Qualificação exigida dos participantes; (ii) Diretrizes e formas de apresentação do trabalho; (iii) Condições de realização e prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

O “Leilão” consiste em modalidade licitatória que se aplica à alienação de bens ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, sendo, portanto, bem diferente do pregão. O leilão não exige, p. ex., registro cadastral prévio, não tem fase de habilitação e de homologação após a conclusão da fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo vencedor, conforme definido no edital.

A modalidade “Diálogo competitivo” é usada para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados. Mas essa seleção prévia deve ser baseada em critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades em questão. Nesse caso, os licitantes devem apresentar a proposta final após o encerramento dos diálogos. Contudo, conforme o texto da legislação atual em vigor, essa modalidade é restrita a algumas contratações: (i) inovação tecnológica ou técnica; (ii) impossibilidade de satisfazer a necessidade sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; (iii) impossibilidade de definir especificações com precisão suficiente pela Administração.

Diante do exposto até aqui, podemos afirmar que os principais diferenciais do pregão em relação às outras modalidades de licitação são: (i) Aplicação para compra ou contratação de bens e serviços comuns, sem especificidades, independentemente do seu valor; (ii) Tem como critério de avaliação apenas o menor preço, enquanto as outras modalidades têm outros critérios estabelecidos. Isso torna o formato do pregão mais ágil e menos burocrático; (iii) Inversão de fases, pois primeiro são abertas e analisadas as propostas e somente depois acontece a fase da habilitação, ou seja, da verificação da documentação; (iv) Possibilidade de novos lances após a classificação das propostas para que licitantes possam baixar as suas ofertas e ter mais chances de vencer o processo; (v) Processo eletrônico possibilita a ampliação do acesso e participação de um número maior de interessados.

Quando o pregão foi instituído pela Lei Nacional n.º 10.520/2002, foram previstas 02 (duas) formas de realização desse processo licitatório: (i) presencial e (ii) eletrônico.

A partir da nova Lei de Licitações, de forma geral, as licitações devem ser realizadas preferencialmente sob o formato eletrônico, sendo o presencial utilizado apenas quando motivado e devendo sempre ser registrado em ato e gravado em áudio e vídeo.

Sendo assim, é importante compreender as diferenças entre o pregão presencial e o eletrônico.

No pregão presencial, como indicado pelo próprio nome, ocorre o encontro presencial dos participantes para a disputa em um local previamente definido, assim como o dia e o horário, que devem constar no edital. Chegando ao lugar indicado, os participantes precisam realizar o seu credenciamento.

Já o pregão eletrônico acontece em uma sala virtual, ou seja, os concorrentes se encontram pela *internet*, de forma online, por meio do sistema do governo ou de programas da iniciativa privada desenvolvidos para esse fim. Nesse caso, o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública deverá constar no edital e no aviso do pregão. Além disso, para participar, o interessado deverá utilizar uma chave de acesso e senha.

Ainda, existem outras diferenças relevantes entre o pregão presencial e o eletrônico, v.g., em relação aos lances. Na sessão presencial, o licitante autor da menor proposta e os demais que apresentarem preços até 10% superiores estão classificados para propor novos valores. Os presentes no local, evidentemente, saberão quem são os autores das propostas e estas são classificadas de forma sequencial, a partir do maior preço em ordem decrescente.

Já quando é online, todos os licitantes com propostas classificadas estão aptos a oferecer lances e é vedada a indicação dos licitantes responsáveis por eles. Ademais, as propostas podem ser feitas em lances sucessivos, independente da ordem de classificação.

Por fim, no pregão presencial, o encerramento dessa fase se dá quando não houver lances menores do que o último ofertado. Enquanto isso, no pregão eletrônico, ocorre a decisão por meio do pregoeiro e o sistema encaminha o aviso de fechamento.

Outra novidade da Lei Nacional n.º 14.133/2021 está relacionada à possibilidade de solicitação de Seguro Garantia em licitações de obras, produtos e serviços. Isso significa que o órgão público em questão pode exigir da empresa vencedora uma apólice como garantia contratual, inclusive no caso da modalidade pregão.

De acordo com o art. 97, o Seguro Garantia tem o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração Pública, o que inclui multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplência.

Dessa forma, o poder público se protege e evita maiores prejuízos, assegurando, p. ex., que, caso o fornecedor não cumpra o contrato, a seguradora pagará a diferença entre o preço ofertado pelo vencedor e o segundo colocado.

Ademais, o Seguro Garantia também é benéfico para o licitante vencedor, pois tem uma contratação mais ágil e rápida do que a fiança bancária e costuma ser menos oneroso do que o caução em dinheiro.

7. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Antes de iniciar o presente processo de contratação, a Secretaria da Casa Civil, como medida preventiva e atendendo ao disposto na Lei Nacional 14.133/2021 e Decreto Municipal 2007/2013, efetuou uma prévia consulta de preços com a finalidade de obter uma estimativa do valor a ser despendido com a compra de computadores e *hardwares*.

Para tanto, foram enviados e-mails para empresas com as especificações necessárias, solicitando orçamento.

Entretanto, apenas uma empresa respondeu ao e-mail com a proposta comercial, o qual foi apresentando para aquisição de 10 *hardwares* **SEMINOVOS**, com garantia de 1 ano e bateria de 03 (três) meses, o total de R\$ 48.735,00 o qual não atendeu as especificações requeridas, conforme documentos anexos.

Diante do acima exposto, para aquisição de computadores e *hardwares* **NOVOS**, deverá ser considerado o melhor preço alcançado no momento da escolha das propostas, respeitando-se o valor máximo total.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da aquisição de computadores e *hardwares* **NOVOS** para a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), aplicável assim a Lei Nacional n.º 14.133/2021.

9. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Entende-se que a solução é de natureza indivisível, visto que a entrega deve ser desenvolvida por uma única empresa, que tenha apresentado a melhor proposta, no local indicado pelo Termo de Referência.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O objeto da presente contratação visa atender a necessidade da unidade requisitante quanto à aquisição de computadores e *hardwares* para a atualização e estruturação da Subsecretaria de Projetos do Escritório de Gerenciamento de Convênios e Projetos (EGCP), tendo em vista que há um Decreto Federal tratando da disseminação da tecnologia BIM (Building Information Modeling) e os equipamentos atuais do órgão são obsoletos e não suportam suas demandas diárias.

Gestor	Apoio Técnico	De acordo
Willian Romão Marques Subsecretário de Convênios – EGCP Mat. nº 199.397	Eduardo de Medeiros Portilho Supervisor Orçamento e Projetos - EGCP Mat. nº 100.643	Pierre da Silva Moraes Secretário da Casa Civil Mat. nº 062.728
Nova Friburgo, 02 de Março de 2023.		